

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2331719320190509134553

Processo 0812027-72.2019.8.23.0010 ☆ - (20 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Data do Movimento(Período):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

à

10 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 10

500 por pág.1

9

23/04/2019 10:23:00

LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

(Pelo advogado/curador/defensor de DARCI PEREIRA DA SILVA) em 23/04/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (23/04/2019) e ao evento de expedição seq. 7.

Marco Antonio Salviato Fernandes
Neves
Advogado

[+]

8

23/04/2019 10:15:19

EXPEDIÇÃO DE CARTA DE CITAÇÃO (A.R.)

Prazo de 15 dias úteis. Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (23/04/2019 02:45:41). Identificador do Cumprimento: 0001.

KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA
Técnico Judiciário

7

23/04/2019 10:13:54

EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Para advogados/curador/defensor de DARCI PEREIRA DA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (23/04/2019)

KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA
Técnico Judiciário

[+]

6

23/04/2019 02:45:41

CONCEDIDO O PEDIDO

PHILLIP BARBIEUX SAMPAIO
Magistrado

5

18/04/2019 17:13:56

CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

SISTEMA CNJ

4

18/04/2019 17:13:56

RECEBIDOS OS AUTOS

SISTEMA CNJ

3

18/04/2019 17:13:56

REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Registro de Distribuição

SISTEMA CNJ

2

18/04/2019 17:13:56

DISTRIBUÍDO POR SORTEIO

6ª Vara Cível

SISTEMA CNJ

[+]

1

18/04/2019 17:13:55

JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL

Marco Antonio Salviato Fernandes
Neves
Advogado

1 de 1

09/05/2019 13:46

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º **08120277220198230010**

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DARCI PEREIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

DA REALIDADE DOS FATOS

Alega a parte autora em sua peça vestibular que seu ente querido, **MARTINHA DA SILVA CONCEIÇÃO**, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em 08/05/2018 e falecimento em **14/05/2018**. Deste modo, um dos filhos da falecida procedeu com o registro da ocorrência na delegacia policial na data de seu falecimento.

A parte autora pretende o recebimento do valor máximo da indenização no valor de R\$ 13.500,00, no entanto, os filhos da falecida, legítimos beneficiários, no total de quatro, receberam a sua quota-parte.

Desta maneira, a parte autora entendendo encontrar-se de posse de todos os documentos necessários à percepção da verba indenizatória a título de Seguro DPVAT, propôs a presente demanda, todavia, deixou de comprovar cabalmente a qualidade de beneficiário, conforme exigência legal.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a morte de seu ente querido, **MARTINHA DA SILVA CONCEIÇÃO** que pleiteia direito a indenização do Seguro DPVAT.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

DA INDISCUTÍVEL ILEGITIMIDADE ATIVA – NÃO COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE COMPANHEIRO

Primeiramente, há de se ressaltar que o fato de a parte Autora somente juntar aos autos certidão de óbito com informação de que convivia maritalmente com a parte autora, sem dúvida não comprova de maneira suficiente que era companheiro da vítima.

A certidão de óbito aponta que a falecida deixou quatro filhos, ANTONIO DA SILVA CONCEIÇÃO, 58 anos, ANTONIA FRANCISCA CONCEIÇÃO DA SILVA, 48 anos, HILTON DA SILVA CONCEIÇÃO, 47 anos e ROSALINO DA SILVA CONCEIÇÃO, 41 anos, ressalte-se que todos receberam valor de indenização, no valor de R\$ 1.687,50.

Dessa forma, resta claro que a parte autora não ostenta a qualidade de único beneficiário da parte autora, pois inclusive o comunicante do acidente foi o próprio filho da parte autora, o Sr. Rosalino da Silva Conceição.

Antes de adentrar ao que de forma específica determina a legislação referente ao seguro em apreço, traz-se a colação o que determina o texto constitucional:

“Art. 226 – A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§3º - Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.” (grifamos)

Seguindo as determinações da Carta Política, foi regulada pela Lei 9.278/1996 a questão da entidade familiar quanto a condição de conviventes (companheiros) daqueles que a compõem, vejamos:

“Art. 1º - É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública, contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Art. 2º - São direitos e deveres iguais dos conviventes:

I – respeito e consideração mútuos;

II – assistência moral e material recíproca;

III – guarda, sustento e educação dos filhos comuns.” (grifamos)

Desta forma são requisitos indispensáveis para a demonstração da entidade familiar formada por conviventes, aqueles que de forma conjunta devem ser preenchidos e não de forma separada, pois não basta ter filhos em comum e não ter comprovado os ditames dos incisos I e II, em destaque a dependência econômica, que nos dias atuais tem sido, em grande maioria, o referencial para as decisões judiciais que envolvem o tema em debate, para alcançar *status* de companheira.

Trazidos à baila os regramentos que *latu sensu* definem e determinam a união estável, passa-se *strictu sensu* a verificar o que se determina quando se admite a busca de comprovação da condição de companheirismo em seguro obrigatório DPVAT.

O seguro obrigatório, instituído pela Lei 6.194/1974, tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas, ou não, nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares.

A demanda proposta é regida pelo disposto na Lei 8441/1992, que é clara com relação a comprovação de companheirismo, senão vejamos:

“Art. 4º -

1º - Para fins deste artigo, a COMPANHEIRA será equiparada à esposa, nos casos permitidos pela lei previdenciária; o companheiro será equiparado ao esposo quando tiver com a vítima convivência marital atual por mais de cinco anos, ou convivendo com ela, do convívio tiver filhos.” (grifamos)

Conclui-se todavia, que não há prova inequívoca nos autos para se afirmar com exatidão que a parte Autora é companheira da vítima, e portanto, não há como se exigir que a Seguradora Ré efetue o pagamento do valor pleiteado, eis que nem mesmo foram juntados alguns documentos que poderiam levar a esta comprovação, tais como: Prova de companheirismo junto ao INSS; Declaração de dependentes junto à Receita Federal; Carteira de Trabalho com prova de dependência.

Neste diapasão não menos evidentes são as determinações da Lei 3807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) com as alterações feitas pela Lei 5890/1973, *verbis*:

“Art. 11 – Consideram-se **dependentes** do segurado, para efeitos os desta lei:

I – a esposa, o marido inválido, **a companheira, mantida há mais de 5 (cinco) anos**, os filhos de qualquer condição menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos, e as filhas solteiras de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidas.” (grifamos)

Ora Exas. as exigências da Ré estão em consonância com as determinações do texto constitucional e infraconstitucionais, que sobremaneira impõem a determinação dentre outros de dependência contínua, seja moral, ou em maior destaque, material, o que não foi trazido aos autos e nem mesmo será vez que o magistrado deferiu tão somente a produção de prova documental suplementar requerida em contestação.

Como a parte autora não ostenta a qualidade de único beneficiário da parte autora, já que inclusive o comunicante do acidente foi o próprio filho da parte autora, o Sr. Rosalino da Silva Conceição, resta, **portanto, devidamente demonstrada a total falta de legitimidade da parte Autora para pretender junto a Ré a indenização decorrente do falecimento do seu ente querido, requer desde já, a extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VI do Código de Processo Civil.**

DA INÉPCIA DA INICIAL

Subsiste óbice intransponível ao suposto direito dos autores, devendo acarretar a extinção do feito, sem resolução do mérito.

Insta ressaltar que a petição inicial apresentada pela parte Autora não está apta a produzir efeitos jurídicos, uma vez que a mesma não apresenta provas a conduzir a veracidade dos fatos alegados, restando a mera narração aleatória destes fatos.

Ressalta ainda a ré que a parte autora não arrolou todos os herdeiros mencionados na certidão de óbito, no total de 4 filhos, beneficiários legítimos, pretender a indenização no máximo não encontraria amparo na atual legislação, assim, tal pretensão fulmina o próprio fato jurígeno ora pleiteado, pela existência de legítimos beneficiários.

E, ainda, de se sopesar o fato de que a parte autora além de não arrolar os herdeiros existentes, ainda formula pedido no valor máximo da indenização, sem mencionar que já foi realizado pagamento para os herdeiros.

Para a comprovação das alegações é mister que a inicial contenha a documentação completa, com atendimento a todos os requisitos legais, inclusive, de se notar, que o comprovante de residência está em nome da falecida, ou seja, não constam documentos aptos a identificá-lo na demanda ora proposta, nem ao direito pleiteado, o que representa requisito da petição inicial.

Em que pese a documentação apontada, não se pode olvidar acerca da existência de requisitos formais para o ajuizamento de qualquer demanda, os quais são tradicionalmente denominados na praxe forense de requisitos da petição inicial, estes elencados no art. 319 do Código de Processo Civil, que pedimos escusas para transcrever, senão vejamos:

“Art. 319. A petição inicial indicará:

I - o juízo a que é dirigida;

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; (...).”

Assim sendo, requer seja indeferida a petição inicial, uma vez que completamente inepta, haja vista que da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão e por não apresentar os requisitos necessários, necessário se torna extinguir o processo sem a resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso I, combinado com artigo 330, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DA FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

O art. 5º parágrafo 3º da lei nº 6.194/74 é claro, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos.

Indubitável que a cópia do Laudo de Exame Cadavérico da vítima **não foi apresentado pela parte Autora**, apenas o encaminhamento ao IML, sendo certo que não ficou comprovado através dos demais documentos trazidos pelo Autor que a morte da vítima decorreu do acidente automobilístico.

Constata-se que **não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina, a causa mortis da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado.**

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

Por todo o explanado, merece a presente demanda seja julgada extinta com resolução do mérito, na forma do art. 487, I da Lei Processual Civil.

DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a obrigação e o dano.

A certidão de óbito não menciona que a morte ocorreu em virtude de acidente automobilístico e, ainda, existe divergência na data do falecimento, pois no boletim de ocorrência consta que o acidente ocorreu em 08/05/2018, mas no relatório de ocorrência policial se verifica outra data, a saber:

RELATORIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL – ROP											
	PM	Nr ROP 2018291						RR			
Data: 06/05/2018	Unidade: 3 CIPM	Localidade: RORAINOPOLIS	Vtr: 112	Km: 31692	Kmf: 34696	H Inicial: 15:08	H Final: 17:00	Cod Ocor: 1001	Cod Prov: 13999	Cod serv Prest:	
LOCAL DA OCORRÊNCIA											
End: AV DRA YANDARA		N:		Bairro: CENTRO		Referência: ROTATORIA					
PESSOAS RELACIONADAS											
Envolvido		Nome: EUDES DE ALMEIDA ROCHA									

Com efeito, verifica-se que a parte Autora não comprova a data em que ocorreu o acidente e deixa de apresentar o laudo de necropsia, necessário para a comprovação da ocorrência do acidente e do nexo de causalidade, o fato originário da presente relação jurídica que não se comprova pela documentação juntada aos autos, ou seja, não há comprovação do fato originário.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373 do CPC.

Segundo Silvio Venosa (2003, p. 39) o nexo causal representa o liame que une a conduta do agente ao dano, assim, somente através do exame da relação causal que se pode concluir quem foi o causador do dano. Trata-se de elemento indispensável. A responsabilidade objetiva dispensa a culpa, mas nunca o nexo causal, se a vítima, que experimentou um dano, não identificar o nexo causal que atribui o ato danoso ao responsável, não há como ser ressarcida.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal, não podendo de forma alguma o l. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DA PLENA VIGÊNCIA DA LEI 11.482/07 - ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74

Cumprido salientar que na data de 31 de maio de 2007, entrou em vigor a **Lei 11.482/07**, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92.

Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT. Vejamos:

Art. 8º Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (...)."

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais, merecendo quanto a tal ponto especial interesse e explanações. Vejamos.

O mesmo art. 8º da Lei 11.482 alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, estabelecendo que:

"Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil."

Em prosseguimento, destaca-se o art. 792 do Código Civil, *ipsis litteris*:

"Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária."

Mediante tal fato, ou seja, a plena vigência da **Lei 11.482/07**, é notório que não existe possibilidade de se vincular a indenização ao salário mínimo.

Isto se dá pelo fato que a referida Lei 11.482/07 **ALTEROU a Lei 6.194/74, portanto, os valores nela especificados merecem o devido acolhimento.**

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, para o cônjuge e herdeiros verifica-se que o valor foi pago aos quatro herdeiros legítimos beneficiários da vítima, no valor de R\$ 1.687,50, para cada um, conforme se constata do processo administrativo em anexo.

DESSA FORMA, A PARTE AUTORA, COMPROVADA A SUA QUALIDADE DE COMPANHEIRO DA FALECIDA SOMENTE TERIA DIREITO AO VALOR DE R\$ 6.750,00 (SEIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a **qualidade de companheiro da vítima, pois os herdeiros já receberam a sua quota-parte.**

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação².

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação³

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

²"SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

³**art. 1º. (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas, especialmente as relativas a inépcia da inicial e ilegitimidade; para o julgamento da demanda sem resolução do mérito.

Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, **tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda**, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono o **Dr. SIVIRINO PAULI**, inscrito na OAB/RR sob o nº 101-B, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 30 de abril de 2019.

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RR 451-A **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **SIVIRINO PAULI**, inscrito na OAB/RR sob o nº 101-B e **DIEGO LIMA PAULI**, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº 858-N, ambos com escritório na AV. MARIO HOMEM DE MELO, Nº 652, CENTRO, BOA VISTA/RR. CEP: 69.301-200, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DARCI PEREIRA DA SILVA**, em curso perante a **6ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08120277220198230010.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

ITAÚ – UNIBANCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 341 AGÊNCIA: 0477 CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA: 02/10/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ROSALINO DA SILVA CONCEICAO

BANCO: 341

AGÊNCIA: 06953

CONTA: 000000021036-3

Autenticação:

7C9E7957D21FA55D2C3C898D4B0DAC81297FCEC0F056F7BC044FF7720BC225BD

ITAÚ – UNIBANCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
BANCO: 341 AGÊNCIA: 0477 CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA:	02/10/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE:	ANTONIA FRANCISCA CONCEICAO DA SILVA
BANCO:	341
AGÊNCIA:	06953
CONTA:	000000021049-6

Autenticação:
7C9E7957D21FA55D2C3C898D4B0DAC81297FCEC0F056F7BC7D8FB5F7091F3446

ITAÚ – UNIBANCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
BANCO: 341 AGÊNCIA: 0477 CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA:	02/10/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: HILTON DA SILVA CONCEICAO

BANCO: 341
AGÊNCIA: 06953
CONTA: 000000021844-0

Autenticação:
7C9E7957D21FA55D2C3C898D4B0DAC81297FCEC0F056F7BCC55ED64CD21BD5E7

BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA: 02/10/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO DA SILVA CONCEICAO

BANCO: 237

AGÊNCIA: 02084-2

CONTA: 000000014810-5

Nr. Autenticação

BRDESCO021020180500000000023702084000000014810168750 PAGO

ITAÚ – UNIBANCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 341 AGÊNCIA: 0477 CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA: 10/12/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIA FRANCISCA CONCEICAO DA SILVA

BANCO: 341

AGÊNCIA: 06953

CONTA: 000000021049-6

Autenticação:

FD057DE0F9D92B79EB0334E073A66CC7C7AAA4340AC1B5D1073685E3A68366AC

ITAÚ – UNIBANCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 341 AGÊNCIA: 0477 CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA: 10/12/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: HILTON DA SILVA CONCEICAO

BANCO: 341

AGÊNCIA: 06953

CONTA: 000000021844-0

Autenticação:

FD057DE0F9D92B79EB0334E073A66CC7C7AAA4340AC1B5D130D68BB681DC77D5



CARTÓRIO LOUREIRO



1º OFÍCIO DE NOTAS, PROTESTO E REGISTRO DE BOA VISTA
TABELÃO - BEL. JOZIEL SILVA LOUREIRO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Av. Ville Roy, 5636, Centro - CEP 69.301-000
TEL. (95) 3624-6097 - (95) 3224-9060 - C.N.P.J.: 24.383.786/0001-31
E-mail: escritura@cartoriojoureiro.com.br
BOA VISTA - RORAIMA

Av. Ville Roy, 5636, Centro - CEP 69.301-000
TEL. (95) 3624-6097 - (95) 3224-9060 - C.N.P.J.: 24.383.786/0001-31
E-mail: escritura@cartoriojoureiro.com.br
BOA VISTA - RORAIMA

DOCUMENTO ORIGINAL

LIVRO: 0566 - FOLHA: 050 - PROTOCOLO: 058194

TRASLADO

ESCRITURA DECLARATÓRIA, NA FORMA ABAIXO.

Salvem quantos esta publica escritura virem que aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoto (23/05/2018), nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, em meu Tabelionato, perante mim Tabelião, compareceu como DECLARANTE, ANTONIO DA SILVA CONCEIÇÃO, brasileiro filho de Antonio Manoela da Silva Conceição e Marinha da Silva Conceição, nascido no dia 20/08/1960, em Lago da Pedra-Mã, casado e não possui relacionamento que configure união estável, de acordo com a Lei 9.276/06, aposentado, portador de Cédula de Identidade nº 175255-SESP/RR e inscrito no CPF/MF sob o nº 644.238.082-34, residente e domiciliado na Rua Pastor Nicenor Fabrício dos Santos, nº 1975, Bairro Senador Helio Campos, nesta cidade de Boa Vista-RR, endereço eletrônico: não possui reconhecimento como o próprio de mim Tabelião através dos documentos apresentados, do que dou fé. E por esta escritura e nos melhores termos de direito declara para os devidos fins e a quem possa interessar, em especial para fazer prova junto a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS, do SEGURO DPVAT, que é legal herdeiro de sua mãe, MARTINHA DA SILVA CONCEIÇÃO, falecida no dia 14/05/2018, em Boa Vista-RR, conforme Certidão de Óbito lavrado do Cartório do 2º Ofício, desta comarca, sob a Matrícula nº 169295.01.95.2018.4.00024.269.0013169.18, portanto, o declarante é legal herdeiro e beneficiário de quaisquer seguros, pecúlios e penções. Declaro outrossim que me responsabilizo por qualquer prejuízo que por ventura a seguradora possa ter no presente ou no futuro, na eventualidade da existência de duros herdeiros, além dos aqui mencionados. Assina a rogo do outorgante por o mesmo estar impossibilitado de assinar, o Sr. EDILEUSA DA CONCEIÇÃO DA SILVA, brasileira, filha de Manoela Ferreira de Andrade e Maria das Graças da Conceição da Andrade, nascida no dia 08/11/1982, em Vitorino Freixo-Mã, casada e não possui relacionamento que configure união estável, de acordo com a Lei 9.278/96, do lar, portadora de Cédula de Identidade nº 213096-SESP/RR e inscrita no CPF/MF sob o nº 747.477.202-78, residente e domiciliada na Rua Pastor Nicenor Fabrício dos Santos, nº 1975, Bairro Senador Helio Campos, nesta cidade de Boa Vista-RR, endereço eletrônico: não possui. Assim o disse perante mim Tabelião, que este instrumento ouvi ler e assina. Dispensadas as testemunhas nos termos da Lei nº 6.952, de 06.11.81, publicada no D.O.U. de 10.11.81. Emolumentos R\$ 20,00 Dou fé. Eu, (Mayara Porto Fonseca dos Santos), Auxiliar Notarial, que a sigtel lavrei, li e encerro presente ato cotejando as assinaturas. Eu, FABIO DA SILVA FELIX, Escrevente Autorizado dou fé e assino, (a.s.) (li, digitei) ANTONIO DA SILVA CONCEIÇÃO, (a rogo) EDILEUSA DA CONCEIÇÃO DA SILVA. Nada mais. Traslada em seguida. Eu, a subscrito e assino em público e assc Valor das custas: Emolumentos: 49,31, FUNDEJURR: R\$ 4,93, FISCALIZAÇÃO: R\$ 2,47, RECOM: R\$ 2,47, ISS: R\$ 2,47, Total: R\$ 61,05.

O referido é verdade e dou fé

Boa Vista-RR, 23 de maio de 2018

CARTÓRIO LOUREIRO

1º TABELIONATO DE NOTAS

DOCUMENTO ORIGINAL

LIVRO: 0566 - FOLHA: 050V - PROTOCOLO: 058194

Número do selo: ESCRUB158345JC702PA7XJ4Z0X59

Consulte seu selo em: <https://selos.diaa.poderjudicial.br>

CARTÓRIO LOUREIRO

1º TABELIONATO DE NOTAS

BOA VISTA - RORAIMA

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS

Declaramos, para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que tenho(mos) conhecimento de que a vítima Martinha da Silva Conceição, em razão de acidente de trânsito, ocorrido em 06/05/18, faleceu em 14/05/18, no estado civil de viúva (solteiro, casado, separado judicialmente, divorçado ou viúvo), deixando como único(s) herdeiro(s) legal(is) e beneficiário(s):

NOME COMPLETO	IA QUALIDADE DE (*)	RG	CPF
¹ Rosalino da Silva Conceição	Filho	175210	510.229.312-88
² Antônia Francisca C. da Silva	Filha	176924	683.310.982-04
³ Hilton da Silva Conceição	Filho	175070	644.402.142-15
4.			
5.			

(*) Especificar o grau de parentesco com a vítima

Declaro(mos), ainda, que a vítima () não deixou companheiro(a) ou (X) deixou companheiro(a) de nome Darci Pereira da Silva.

Por ser expressão da verdade, sem qualquer vício da vontade ou consentimento, o(a)(s) declarante(s) firma(m) a presente, juntamente com 2(duas) testemunhas, assumindo a responsabilidade pelas informações prestadas, tanto na esfera administrativa como judicial, com o encargo de responder(em) perante outros herdeiros/beneficiários, além dos informados, que possam reclamar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT.

Bonjita - RR
LOCAL E DATA

Bonjita - RR
LOCAL E DATA

Bonjita - RR
LOCAL E DATA

LOCAL E DATA

Rosalino da Silva Conceição
ASSINATURA DO DECLARANTE

Antônia Francisca Conceição da Silva
ASSINATURA DO DECLARANTE

Hilton da Silva Conceição
ASSINATURA DO DECLARANTE

ASSINATURA DO DECLARANTE

1 DADOS E ASSINATURA DO DECLARANTE TRATANDO-SE DE HERDEIRO(S) LEGAL(ES) MENOR(ES) DE IDADE (**)

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL ou ASSISTENTE	RG	CPF	ASSINATURA
1.			
2.			

2 DADOS DAS TESTEMUNHAS

NOME COMPLETO	RG	CPF	ASSINATURA
<u>Camila de Souza Rocha</u>	<u>272779</u>	<u>000.626.672-09</u>	<u>Camila de Souza Rocha</u>
<u>Barbára Inácio de Souza</u>	<u>114.807</u>	<u>383.051.512-04</u>	<u>Barbára Inácio de Souza</u>

(**) OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- Na hipótese do herdeiro legal ter ATÉ 15 ANOS INCOMPLETOS, o responsável legal deverá assinar pelo menor;
- Caso o herdeiro legal possua entre 16 ANOS (COMPLETOS) e 18 ANOS (INCOMPLETOS), o beneficiário deverá assinar normalmente no campo Assinatura do Declarante, e o Representante Legal ou Assistente deverá preencher e assinar no quadro (1).

DOCUMENTO
ORIGINAL

13 JUN. 2018

Rio de Janeiro, 04 de Outubro de 2018

Carta nº: 13442265

A/C: ANTONIO DA SILVA CONCEICAO

Nº Sinistro: 3180291264
Vitima: MARTINHA DA SILVA CONCEICAO
Data do Acidente: 06/05/2018
Cobertura: MORTE

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIO DA SILVA CONCEICAO

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 237

Agência: 000002084-2

Conta: 0000014810-5

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 04 de Outubro de 2018

Carta nº: 13443416

A/C: ANTONIA FRANCISCA CONCEICAO DA SILVA

Nº Sinistro: 3180291264
Vitima: MARTINHA DA SILVA CONCEICAO
Data do Acidente: 06/05/2018
Cobertura: MORTE

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIA FRANCISCA CONCEICAO DA SILVA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 341

Agência: 000006953

Conta: 0000021049-6

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 04 de Outubro de 2018

Carta nº: 13443417

A/C: HILTON DA SILVA CONCEICAO

Nº Sinistro: 3180291264
Vitima: MARTINHA DA SILVA CONCEICAO
Data do Acidente: 06/05/2018
Cobertura: MORTE

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: HILTON DA SILVA CONCEICAO

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 341

Agência: 000006953

Conta: 0000021844-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 04 de Outubro de 2018

Carta nº: 13443670

A/C: ROSALINO DA SILVA CONCEICAO

Nº Sinistro: 3180291264
Vitima: MARTINHA DA SILVA CONCEICAO
Data do Acidente: 06/05/2018
Cobertura: MORTE
Procurador: ILOIR INACIO DE SOUZA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ROSALINO DA SILVA CONCEICAO

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 341

Agência: 000006953

Conta: 0000021036-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 13 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180291264

Vítima: MARTINHA DA SILVA CONCEICAO

Data do Acidente: 06/05/2018

Cobertura: MORTE

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ANTONIA FRANCISCA CONCEICAO DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: ANTONIA FRANCISCA CONCEICAO DA SILVA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 341

Agência: 000006953

Conta: 0000021049-6

Tipo: CONTA POUPANÇA

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 13 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180291264

Vítima: MARTINHA DA SILVA CONCEICAO

Data do Acidente: 06/05/2018

Cobertura: MORTE

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), HILTON DA SILVA CONCEICAO

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: HILTON DA SILVA CONCEICAO

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 341

Agência: 000006953

Conta: 0000021844-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

